

“NÓS E OS OUTROS”: ASPECTOS DA FORMAÇÃO DE UM CONSENSO DE COMUNIDADE (OESTE DO PARANÁ, 1946-1960)*

Claércio Ivan SCHNEIDER*

RESUMO

A partir da análise de um programa de colonização particular, o texto mostra como sedimentou-se uma determinada memória histórica sobre os agentes que estabeleceram-se numa fração do território ao oeste do Paraná, entre os anos de 1946 e 1960. Ressaltam, através do estudo de narrativas que enfocaram este processo, os mecanismos de estruturação de um consenso de comunidade, o qual se construiu no inter-relacionamento entre colonizadores e colonos migrantes. Os valores étnicos e culturais de tais agentes (alemães e italianos; protestantes e católicos) permearam a estruturação de discursos homogêneos, nos quais as imagens de uma “raça nova de brasileiros”, do “melhor tipo de colono que o Paraná necessita”, são exemplos que integram tal construção. Mais importante: tais imagens serviram de base para a sedimentação de determinada memória histórica que retrata o processo de constituição social e política desse espaço. O estudo busca mostrar, a partir da análise da trajetória histórica desses discursos caracterizadores, os aspectos constituintes e construtores da memória oficializada.

Palavras-chave: colonização, colono-migrante, Maripá.

ABSTRACT

Starting from the analysis of a program of private colonization, the text shows as it formed sediment a certain historical memory on the agents that settled down in a fraction of the territory to the west of Paraná, among the years from 1946 to 1960. It stands out, through

* O texto que se apresenta é parte integrante de minha dissertação de mestrado, realizada na Universidade Federal do Paraná e que contou com o apoio do CNPq.

** Professor do Colegiado de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná.

the study of narratives that focused this process, the mechanisms of structuring of a community consent, which it was built in the inter-relationship between settlers and migrating colonists. The such agents' ethnic and cultural values (German and Italian; Protestants and Catholic) they permeated the structuring of homogeneous speeches, us which the images of a “new race of Brazilians”, of the “better colonist type than Paraná needs”, are examples that integrate such construction. More important: such images served as base for the sedimentation certain historical memory that portrays the process of social and politic constitution of this space. The study search to show, starting from the analysis of the historical trajectory of these speeches caracterizadores, the constituent and building aspects of the made official memory.

Key-words: colonization, colonist-migrant, Maripá.

Colonização: um termo, muitos significados

A palavra colonização – constantemente aplicada por estudiosos para retratar o povoamento do Brasil – não pode ser entendida simplesmente como um termo que designa o mero ato de promoção da colonização, do povoamento. Por toda a sua abrangência conceptual (de seu caráter interdisciplinar), a prática e o discurso colonizador carregam em seu bojo ambigüidades e especificidades que podem variar segundo suas coordenadas históricas e geográficas. Um conceito plural, portanto, cujas fronteiras (geradoras de conflitos) só podem ser definidas a partir do entendimento pontual de suas coordenadas e do sentido de suas premissas; haja visto que a singularidade de um determinado evento exige suas delimitações.

Ao longo de sua história o conceito de colonização aparece articulado a vários significados, resultado do investimento narrativo que diferentes emissores em diferentes épocas o atribuem, segundo interesses e objetivos bem específicos. Altiva Pilhati Balhana observa que:

...na história americana, de modo geral, a palavra *imigração* tem sido empregada restritamente para o período posterior à Independência. Na história do Brasil, o termo foi usado de forma mais restrita ainda, referindo-se apenas à importação de

trabalhadores livres para a lavoura, seja no sistema de parceria, seja sob as diversas formas de assalariado. Já a palavra *colonização*, no mesmo período, foi usada para caracterizar a imigração destinada à formação de núcleos de povoamento e produção agrícola, razão porque, nos três Estados do Sul do Brasil, *colono* significa pequeno proprietário, ou seja, um lavrador independente, ao passo que *colônia* constitui o agrupamento dessas propriedades agrícolas. Entretanto, ambas as expressões encontram-se também difundidas na área de predominância da imigração de mão-de-obra assalariada, significando, porém, conceitos diversos. No meio rural da grande lavoura de exportação, *colono* significa trabalhador dependente e *colônia* constitui a concentração de moradias de colonos assalariados em uma fazenda. Tais conceituações foram promovidas pela política brasileira e pela função que os grupos imigrados vieram desempenhar no Brasil, seja para a constituição de núcleos coloniais independentes, seja para o fornecimento de mão-de-obra assalariada¹ [grifos no original].

Se, em certo momento, colonizar poderia ser identificado como o ato de introduzir novos contingentes de mão-de-obra para o trabalho em diferentes setores da sociedade, em outros períodos tal conceito assume outras determinações. A preocupação com a ocupação de “vazios demográficos”; com a exploração econômica do solo; com a seletividade dos agentes; com a racionalidade do povoamento; com a implantação de determinada estrutura fundiária, entre outros fatores, são aspectos que permeiam a constituição deste conceito. Além disso, cabe informar que o sentido destas definições pode variar, também, segundo os objetivos que os agentes governamentais e/ou particulares visualizarem em determinado programa de colonização.

Feitas estas ressalvas, é importante destacar que o conceito de colonização aqui considerado assume um significado bem específico. Inse-
re-se, pois, no contexto do povoamento sistemático do oeste do Paraná entre os anos de 1946 e 1960. Neste período, políticos, pesquisadores e empresários (ligados ou não à administração pública), utilizavam tal concei-

1 BALHANA, A. P. Política imigratória do Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 87, p. 39-40, jan./abr. 1996.

to em larga escala ao referirem-se à ocupação de espaços considerados “desabitados”, a fim de torná-los economicamente aproveitáveis a partir de uma ocupação intensiva. Observa-se, além disso, que, no âmbito da política federal e estadual, tal conceito pautava-se também em considerações quanto a nacionalização e a dinamização das áreas de fronteiras; no aumento da demanda de bens produzidos para o mercado nacional; bem como no crescimento e elevação do nível de vida da população. Em certo sentido, tais interesses serão os responsáveis pela elaboração de um conjunto de discursos sobre a necessidade de colonizar, e que passam a ser largamente disseminados no período aqui considerado.

O impacto destes posicionamentos políticos pode ser facilmente detectado nas falas de empresários ligados à execução de programas de colonização. Assiste-se a preocupação e o esforço de dirigentes de empresas colonizadoras (em todo Estado) em circunscreverem espaços territoriais segundo “os interesses da nação”. O discurso em favor do povoamento, ora com o elemento nacional, ora com o elemento estrangeiro, compõe o ideário do progresso e do nacionalismo característicos de grande parte deste período. Portanto, a preocupação com a construção de uma identidade² para o Brasil e/ou para o Paraná que se buscava formar, é outro fator que merece ser considerado no momento em que se propõe estudar projetos de colonização autorizados e/ou implementados por órgãos oficiais de governo.

Colonização: a natureza do particular

Muitos projetos de colonização, especialmente governamentais, nem sempre limitam a seleção dos colonos a um grupo culturalmente homogêneo. Toledo teve a vantagem de ser desenvolvida por uma Companhia de terras privada, que

2 A concepção de identidade adotada aqui se refere à aplicação de categorias de percepção a uma determinada realidade que se quer reconhecida, a partir da capacidade de construção de sentidos – principalmente por meio de investimentos de linguagem – que lhe garantam o consenso. O termo identidade, portanto, é entendido não como algo dado, pronto e imutável, mas como uma construção que não se completa, posto que está sempre em processo de constituição por diferentes grupos.

escolheu a dedo os seus colonizadores. Estes eram descendentes de alemães e italianos do sul do Brasil, e em grupos muito menores, japoneses e poloneses, assim como alguns outros imigrantes europeus. A homogeneidade cultural destes grupos tem sido mantida, e tem sido o elemento chave do sucesso de Toledo. *Muito há ainda a ser aprendido desta justaposição de essências tão sólidas: de colonos que falam a mesma língua, que têm costumes sociais iguais, mesmas cidades natais e que possuem uma organização e experiência cooperativista altamente desenvolvida.* Os colonos sem tais qualificações não foram recrutados ou atraídos para o projeto devido ao custo das terras e também porque não houve publicidade sobre as vendas de terras consequentemente, os grupos de colonos do sul do Brasil trouxeram a Toledo traços especiais de cultura que facilitaram a abertura de terras³ [sem grifos no original].

Desta maneira, o geógrafo Keith Derald Muller descreve, com admiração, o caráter da colonização implementada pela *Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S. A.* – Maripá, numa faixa territorial ao oeste do Paraná, entre 1946 e 1960. Esta imagem, importa destacar, constituiu-se numa das caracterizações mais disseminadas na literatura que retrata a colonização deste ambiente: a identificação do espaço colonizado com o elemento étnico que veio a dinamizá-lo economicamente. Trata-se, pois, de um lugar-comum que explica – quase que por si próprio – a história de um povo marcado pela sua cultura e tradições; aspectos considerados como responsáveis à promoção do oeste do Paraná a um lugar de destaque no cenário brasileiro, uma vez que configuravam traços que conferiam singularidades ao empreendimento colonizador e à região como um todo.

A homogeneidade cultural estabelecida pelos dirigentes da Maripá – acima descrita numa passagem de K. D. Muller – aparece, desde o início, como um elemento singular e positivo no que se refere à interpretação do projeto de colonização. Recebeu grande enfoque por diferentes emissores (jornalistas, políticos, pesquisadores, entre outros) por se tratar de uma comunidade fechada, ou seja, constituída, em sua grande maioria, por colo-

3 MULLER, K. D. Colonização pioneira no sul do Brasil: o caso de Toledo, Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 48, p. 81-139, jan./mar. 1986.

nos⁴ descendentes de alemães e italianos, oriundos de uma mesma região e que compartilhavam traços culturais peculiares.

É no amplo complexo narrativo instituído pelos dirigentes da Maripá que se encontra, não sem surpresa, a consciente tentativa de constituição de uma referência fundadora. A questão étnica aparece, neste ponto, como uma das matrizes discursivas de maior repercussão. A constante referência a determinados componentes da formação étnica deste espaço foi um artifício largamente utilizado nos momentos em que se buscava afirmar narrativamente o contexto sociocultural resultante do programa de colonização. Ou seja, a circunscrição do espaço colonizado pelos colonos do sul do Brasil aparece diretamente vinculado às suas características peculiares. A divulgação de um ambiente comunitário e progressista, por exemplo, identificava-se às motivações religiosas, éticas e familiares internalizadas em seu modo de ser. A impressão emblemática deste procedimento encena o nascimento de uma nova civilização pautada, acima de tudo, na organização primeira da vida dos homens.

A proposta primordial deste texto é identificar e interpretar os vários significados atribuídos ao “contingente populacional” (colonos migrantes) a partir da ótica dos primeiros produtores de tais mensagens, ou seja, dos dirigentes da Maripá. Importa, ademais, investigar a origem desta construção de valores, no escopo de verificar como esse discurso foi historicamente estruturado na conjuntura da colonização do oeste paranaense. O texto procura mostrar, acima de tudo, como sedimentou-se uma determinada memória histórica sobre os agentes que estabeleceram-se nas terras desta colonizadora, analisando os mecanismos de estruturação de um consenso de comunidade, o qual, como será visto, construiu-se no inter-relacionamento entre colonizadores e colonos migrantes. A hipótese aqui pormenorizada é que, neste momento estratégico de consolidação de um plano de ocupação – até então

4 Entende-se por colono aquele que habita uma colônia. Esta, segundo a definição de Giralda Seyferth, é assim designada: “O termo ‘Colônia’ designa tanto uma região colonizada ou área colonial demarcada pelo governo em terras devolutas, como também é sinônimo de rural. Ou seja, a área rural de um município é chamada, hoje, de colônia, e seus habitantes são colonos – uma categoria que sobreviveu ao longo do tempo e que designa o camponês. O termo ‘colônia’ também é usado para designar a propriedade agrícola do colono.” SEYFERTH, G. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Ed. da UnB, 1990. p. 25. O termo colono migrante é constantemente utilizado neste estudo para designar aquele indivíduo que deixou seu local de origem (no caso Rio Grande do Sul e Santa Catarina) para se fixar num novo ambiente (terras da Maripá).

diferenciado daqueles cuja organização partia da iniciativa pública⁵ –, coube aos dirigentes da Maripá a tarefa de elaborarem um conjunto de idéias e imagens acerca do povoamento com “euro-brasileiros.”⁶

A construção de valores provenientes deste procedimento de inculcação de sentidos à colonização, sintetizava vários objetivos. Dentre eles, acredita-se que visava não só demonstrar a viabilidade de tal empreendimento (segundo os fundamentos político-econômicos vigentes em tal período), mas, e principalmente, considerá-lo ajustado aos ditames do programa nacionalista de interiorização, ou, de outro modo, de colonização dos espaços de fronteira. Assim, a preocupação dos dirigentes em divulgar um projeto calcado em políticas nacionalistas orientou-se, também, pela necessidade de referenciar o povoamento com colonos migrantes do sul do Brasil como o ideal para tal cenário. Parece contraditório, nesse contexto, a difusão da imagem de um programa de colonização centrado na valorização do migrante de descendência alemã e italiana quando se observa, na esfera nacional, a preocupação com a orientação e divulgação de projetos de povoamento centrados

5 A colonização levada a cabo pela iniciativa pública no oeste paranaense ocorreu na margem esquerda do rio Piquiri com as colônias Piquiri, Cantu, Goio-Bang e Goio-Erê, e, à margem direita do rio Ivaí, as colônias Manuel Ribas, Muquillo e Mourão. De forma geral, os lotes agrícolas nessas colônias foram de dimensões superiores àquelas do norte do Estado, medindo em média mais de 20 alqueires. Ademais, o governo seguiu planos de colonização, demarcando lotes rurais e prevendo áreas para a instalação de núcleos urbanos. Cf. *DICIONÁRIO Histórico-biográfico do Paraná*. Colonização oficial do governo do Paraná. Curitiba: Chain, 1991. p. 32. Cabe assinalar, ainda, que a maior diferenciação dos projetos de colonização envolvendo a iniciativa privada – aqui representada pela Maripá – e a iniciativa pública, consistia no apoio sistemático fornecido ao colono migrante que, no primeiro caso, era bem mais referenciado (posto que forneciam toda forma de assistência tanto técnica quanto espiritual) e tido, assim, como exemplo de colonização.

6 O termo *euro-brasileiro* utilizado e definido por Valdir Gregory para caracterizar o colono migrante do sul do Brasil deve ser cuidadosamente especificado, uma vez que soa preconceituoso e excludente enquanto discurso de valorização do branco em detrimento de outras etnias. Não é inocente, nesse sentido, a sua constante referência àqueles que participaram efetivamente do processo de colonização desenvolvido pela Maripá, emissores que pretenderam glorificar os atos destes personagens. Gregory confere ao termo *euro-brasileiro* a seguinte definição: “o euro-brasileiro é o ser humano com tradição e com identidade contraditórias. Ele, enquanto europeu, é portador de medievalidade europeia, mas contaminada pelas transformações dos tempos modernos. Enquanto colono brasileiro é o homem camponês, colono, agente direto da colonização. Projetava adiante problemas e soluções. No lote colonial estava a terra onde se iria produzir a vida colonial. Esta implicava em ser proprietário de terra e nela constituir família em condições dignas de alimentação, de formação e de vida social religiosa. O espaço colonial seria a extensão do espaço familiar e do espaço da propriedade no qual se constituía o espaço da comunidade e da sociedade. A infra-estrutura permitia a vivência colonial. Esta era contemplada no trabalho, na prática religiosa, nos negócios, no divertimento. O modo-de-ser euro-brasileiro era o modo colonial.” GREGORY, V. *Os euro-brasileiros e o espaço colonial*: a dinâmica da colonização no oeste do Paraná nas décadas de 1940 a 1970. Niterói, 1997. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense. p. 66-67.

no “elemento brasileiro”. Este aspecto foi cuidadosamente referenciado pelos dirigentes da Maripá a partir da construção de discursos que visavam transformá-los nos “melhores tipos de brasileiros”.

Como se pretende mostrar, a produção de uma duradoura identificação das pessoas que se estabeleceram num ambiente específico do oeste paranaense, foi resultado de valores e atitudes condensadas, em grande medida, no “espírito civilizador” do próprio migrante de descendência alemã e italiana. Ou seja, os dirigentes da Maripá, em muitos momentos, sintetizaram em seus discursos os valores que já estavam presentes no contexto ideológico do movimento migratório, bem como no ideário da comunidade envolvida no programa de colonização. Portanto, as caracterizações conferidas ao elemento que colonizou as terras desta empresa, resultaram dessa simbiose, que envolvia os interesses tanto dos dirigentes quanto dos colonos migrantes. Com efeito, tal conotação dependeu de um estratégico procedimento de escolha e articulação de eventos empíricos, nos quais os migrantes aparecessem como os elementos predestinados à tarefa de colonizarem um território de fronteira com o Paraguai – inimigo de outras guerras.

Aspectos da formação de uma identidade regional

O ato de instituir uma determinada leitura ao programa de colonização empreendido pela Maripá não foi um procedimento inocente quando considerado em suas circunstâncias contextuais. Estabeleceu-se, através da sugestão de certas normas de comportamento, um sentido aos migrantes que, pouco a pouco, iam se fixando nas terras desta empresa. Ou seja, procurou-se forjar uma imagem ao empreendimento colonizador a partir da construção e difusão de uma série de significados atribuídos à figura dos colonos migrantes. Nesse sentido, a partir do uso de recursos discursivos, constituiu-se uma essência às coisas e pessoas que configuravam em tal espaço, uma organicidade e referência peculiares que passaram a ser recorrentes em abordagens posteriores.

Nota-se que o “elemento humano” selecionado pelos dirigentes da Maripá para integrar e desenvolver as áreas em seu poder trouxe consigo uma série de características, *habitus*, para usar uma noção de Pierre Bourdieu,

que correspondiam às expectativas empresariais dos dirigentes, e que podiam ser facilmente identificadas em seu discurso.

Para dedicar-se as diversas espécies de culturas, e, tendo-se em vista a fixação do homem à terra, escolheu-se o agricultor do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Esse agricultor, descendente de imigrantes italianos e alemães, com mais de cem anos de aclimatação no país, conhecedor das nossas matas, dos nossos produtos agrícolas e pastoris, primando pela sua operosidade e pelo seu amor à terra em que trabalha, seria portanto o elemento humano predestinado a realizar grande parte dessa tarefa.⁷

Esta citação revela uma série de juízos conferidos ao agricultor sulino pelos diretores da companhia. Para eles, atrair este “tipo de colono”, com experiência em produzir na pequena propriedade, adaptado ao clima temperado da região e, acima de tudo, dedicado ao plantio de diversas espécies de culturas, significava a garantia do sucesso do empreendimento colonizador. Assim, o atributo “conhecedor das nossas matas, dos nossos produtos agrícolas e pastoris”, por exemplo, revela os objetivos dos diretores da Maripá quanto aos fins econômicos vislumbrados na colonização, pois seriam orientados no sentido da produção agroalimentar, na qual já estavam habituados. Mas, o que chama mais atenção nesta passagem, são as afirmações de que o colono migrante tinha “mais de cem anos de aclimatação no país” e de que era “conhecedor de nossas matas”, pois estas, de certo modo, aludem à idéia de que esses migrantes já se adaptaram ao clima e à geografia do país, representando, portanto, uma colonização segura e eficaz.

Tal referência assume maior importância quando se considera que a área adquirida se caracterizava como um território de fronteira insegura, principalmente no que concerne ao tipo humano que habitava este espaço

7 INDUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ - MARIPÁ. Plano de Ação. *Relatório do plano de colonização*. Toledo, 1960. p. 4.

anteriormente (paraguaios, índios, caboclos). Logo, uma das primeiras preocupações dos dirigentes dessa empresa foi a de informar que a colonização levada a cabo com o elemento “euro-brasileiro” era segura, posto que representava um povoamento realizado com “brasileiros” em favor da política nacionalista. Observa-se, nesse sentido, que este discurso identificador do colono de descendência alemã e italiana como brasileiro buscou, por outro lado, escamotear a formação, por parte da Maripá, de um “quisto cultural”, uma vez que este era condenado pelo governo federal. No entanto, quando se observa o discurso veiculado pelo governador do Estado deste período, Bento Munhoz da Rocha Neto, percebe-se uma certa contradição para com as orientações do poder público federal. Veja-se, por exemplo, uma passagem na qual o governador especifica as vantagens da colonização com os descendentes de europeus:

Clima e distância de centros de consumo ou distribuição são dois pontos essenciais na localização do lavrador europeu. Terra fértil é também, elemento de êxito. Mas aqueles dois pontos são essenciais, porque a terra fraca pode ser melhorada, e o europeu sabe muito bem como fazê-lo (...). O isolamento foi, paradoxalmente, um dos motivos de prosperidade da colonização. O isolamento e a concentração hoje tão combatida por nosso acirrado nacionalismo. O isolamento evitou a dispersão inicial, e a concentração permitiu a manutenção de um mínimo de padrões culturais de origem, mínimo esse que iria dar ao grande núcleo o seu progresso e a sua estabilização.⁸

Surpreende, até certo ponto, a conviência de Rocha Neto para com a formação de núcleos coloniais homogêneos, principalmente no que se refere ao isolamento de migrantes europeus de outros agrupamentos. Depreendem-se, no entanto, os seus motivos: progresso e estabilidade do grupo. Fica claro ainda nessa passagem, a referência à política nacionalista que buscava exatamente combater a concentração e a formação de ilhas

8 ROCHA NETO, B. M. da. *O Paraná, ensaios*. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995. p. 147.

étnicas a partir de projetos de colonização. Faz-se, então, as seguintes questões: as diretrizes políticas promulgadas pelo governo do Estado e pelo governo federal estavam em sintonia? Em caso negativo, de que forma os dirigentes da Maripá procuravam contornar as divergências existentes entre estas duas esferas administrativas?

Para além de tais considerações importa, aqui, perceber a maneira pela qual os dirigentes da Maripá buscaram apresentar o colono migrante como elemento apto a colonizar a região. Nesse ponto, vê-se, já na fase inicial da colonização, que os discursos caracterizadores do contingente populacional – adaptado ao clima e ao relevo do Brasil, conhecedor da vegetação e do solo – concentravam componentes discursivos das duas esferas políticas acima destacadas. Ou seja, as referências políticas delineadas pelos administradores públicos aos elementos que seriam os “predestinados” a povoarem áreas de fronteira, constituíram-se em artifícios narrativos que, de uma ou outra forma, serviam como importantes elementos que legavam aos migrantes o papel de construtores do espaço regional.

Nesse sentido, pode-se perceber, na plataforma política composta pelos dirigentes da Maripá, a tentativa de instaurar uma síntese que caracterizasse o colono migrante a partir da utilização de uma referência comum. Em outros termos, algo que satisfizesse os objetivos políticos, econômicos e culturais dos projetos de povoamento delineados pelos órgãos oficiais. Nesse ponto, encontram-se atrelados os discursos que, no dizer dos dirigentes desta empresa, enfatizam um “velho princípio de economia”.

Todo capital, afim de produzir um rendimento, precisa fazer-se acompanhar da mão de obra. Mesmo aqui, não nos podemos afastar d’este velho princípio de Economia. No presente caso, o capital está representado pelo vasto e ondulante tapete de matas. O trabalho, pelo homem que realizará a transformação destas matas em núcleos de civilização e centros produtores. Como resultado desta operação, teremos os produtos. Sabe-se, porém que, afim de conseguir um produto bom, cujo lançamento seja compensador, é indispensável que a mão de obra que o elabore seja esmerada. E amorada é a mão de obra que continuamente se dedica à elaboração dos mesmos produtos dentro das mesmas condições físicas, especializando-se, desta forma, em determinado ambiente.⁹

9 MARIPÁ, op. cit.

Destaca-se a linguagem, em certo sentido, matemática deste trecho, à medida em que os ingredientes necessários ao sucesso do empreendimento estão contidos numa espécie de fórmula harmoniosa, na qual o capital aliado à mão-de-obra especializada têm como resultado bons produtos (progresso e civilização). O discurso do trabalho, como não poderia deixar de ser, é categoria central nas narrativas da Maripá: é o trabalho que transformará um ambiente praticamente intocado pela ação do homem em um espaço caracterizado pelo seu progresso material. No entanto, o texto alude a um tipo ideal de homem destinado à tarefa de dar continuidade ao desenvolvimento das áreas a serem colonizadas: os colonos migrantes do sul do Brasil, *especializados* [já no Rio Grande do Sul e Santa Catarina] *na elaboração dos mesmos produtos* [agroalimentares] *dentro das mesmas condições físicas* [oeste do Paraná].

No que se refere a esta questão, observa-se que a construção de valores transparece, principalmente, nos atributos que pretendem caracterizar o colono sulino como aquele que prima pela sua operosidade e pelo amor à terra em que trabalha. Esta noção, reelaborada pelo discurso da Maripá, enfatiza o trabalho como fundamental para o progresso, não só da colônia em processo de colonização, mas principalmente da Nação como um todo, porque é esta atividade que constrói a riqueza, que dá dignidade e que enobrece as relações humanas. O trabalho é identificado, então, com as noções de progresso e de civilização. É o progresso, visível principalmente no desenvolvimento gradativo das relações econômicas, que viabilizaria uma sociedade civilizada.

Ao longo desta construção narrativa, o colono migrante do sul do Brasil é assinalado favoravelmente no que se refere ao dinamismo e empenho, indispensáveis para um projeto deste porte. Esta caracterização – utilizada por vários emissores oficiais – aparece intimamente atrelada ao sucesso econômico e social da área colonial. Isto se deve ao fato de que o colono ideal para ocupar as terras do oeste do Paraná deveria se enquadrar nos moldes sugeridos pela empresa: trabalhador, honesto, experiente e de espírito empreendedor. Não obstante, para que a escolha do elemento humano fosse a mais segura, seguiram-se algumas etapas. Primeiramente, estabeleceu-se a sua procedência das antigas colônias do sul, por todos os requisitos já referenciados; em segundo lugar, fazia-se necessário selecionar os colonos de maior valor produtivo; e, por último, mas não menos importante, evitou-se atrair elementos tidos por “aventureiros” e “parasi-

tas”, cujas atividades poderiam ser classificadas como desonestas. Estes procedimentos revelam práticas que dão a noção de um gerenciamento científico e racional, através do qual a noção de alteridade não escapava ao olhar dos dirigentes – pelo contrário, estes se esforçaram em diferenciar os colonos migrantes de descendência alemã e italiana de outras etnias. Procuravam, desta forma, apresentar uma distinção cultural que pudesse ser inscrita na estrutura do espaço social que se pretendia construir. Ou seja: buscaram classificar e impor determinada visão dos agentes que seriam os “predestinados” para a tarefa de colonização. Assim, a escolha de “elementos” de significativo “valor”, tendo em vista critérios de produtividade, remete a um juízo de valor conferido aos migrantes do sul do Brasil, quando comparados aos paulistas ou mineiros; era necessário que os grupos que foram excluídos do processo de seleção fossem antes diferenciados.

Considerar válidos somente os colonos “euro-brasileiros” – descendentes em sua maioria de alemães e italianos, com dedicação ao cultivo e produção agroalimentares – significava conferir a estes a capacidade de colaboração com o desenvolvimento e a integração do oeste paranaense ao restante da nação. Aqueles que não se ajustassem a estas características, representavam, de certo modo, uma ameaça ao controle dos poderes público e privado, este último, desempenhado pela empresa colonizadora. Neste ponto, cabe ressaltar que o colono “euro-brasileiro” esteve no centro de uma luta de classificações a partir da qual os dirigentes da Maripá objetivavam, sobretudo, legitimar o seu papel preponderante no contexto da colonização. Depreende-se, dessa maneira, que tais dirigentes, ao investirem determinada leitura quanto à constituição do espaço colonial, buscavam também fundamentar seus discursos em torno de uma imagem colonial. Ao referirem-se aos colonos migrantes, o faziam tendo como referência sua origem étnica, seu espírito colonial.¹⁰ Isto implicava levar em consideração o local de nascimento deste contingente, o que, neste contexto, referia-se às antigas colônias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

10 A referência ao espírito colonial do migrante “euro-brasileiro” diz respeito a sua tradição de colono. Nesse sentido, o desafio da construção do espaço colonial transformava-se num valor cultural marcante para eles, uma vez que englobava a idéia de desbravar, de comprar um lote de terra, de produzir e reproduzir sua unidade familiar.

É certo que o elemento que veio a colonizar as terras da Maripá foi alvo de muitos investimentos narratológicos. Pode-se identificar – não só nos exemplos dados até agora, mas também por outros relatos – inúmeras expressões que conferiam a este contingente várias significações. Entre elas, colonos, euro-brasileiros, agricultores, migrantes, pioneiros, brasileiros etc., foram termos largamente proferidos quando se tratava de caracterizá-los segundo as necessidades e conveniências que a prática colonizatória exigia. Acredita-se que tais referências pretendiam-se isentas de preconceitos regionalistas devido a enorme plasticidade que termos como estes assumiam num ambiente de colonização. No entanto, cabe ressaltar, que estes categoremas, para usar um termo de Bourdieu,¹¹ estavam muito próximas de se revelarem estigmas, uma vez que classificavam, por sua oposição, outros indivíduos. Destaca-se, neste ponto, o caboclo, o paraguaio e o luso-brasileiro como alvos de classificações que pretendiam justificar a sua não participação no programa de colonização. Um procedimento que, por sua oposição, contribuía para a sustentação de determinadas caracterizações que legavam ao migrante de descendência alemã e italiana, do sul do Brasil, a plena capacidade de colonizar as terras da Maripá.

Atentar ao discurso edificado em torno do trabalhador paraguaio, por exemplo, torna visível o estigma. Este personagem – que era tratado apenas pelo primeiro nome – executava um papel central no início dos trabalhos de exploração do território da Maripá. Constituíam-se, sobretudo, numa mão-de-obra afeita aos “trabalhos mais penosos”, e que impulsionaram tanto a atividade comercial da empresa (derrubada e corte de madeira) como seu posterior projeto de colonização (força braçal). Segundo a qualificação de Oscar Silva:

Os paraguaios, que não podiam ser considerados colonos, propriamente ditos, foram, sem dúvida alguma, o elemento humano mais valioso para o trabalho braçal, derrubada de matas, abertura de estradas (como a que ligava Toledo a Porto Britânia,

11 BOURDIEU, P. *A economia das trocas lingüísticas*: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1996. p. 107.

sem máquinas, apenas com foices e machados), medições de lotes rurais e sujeitando-se aos trabalhos mais penosos, como a construção de jangadas nas águas do São Francisco. Extremamente trabalhadores e humildes, segregavam-se socialmente por si. A colonização de Toledo deve muito ao paraguaio.¹²

Verifica-se que, apesar do paraguaio ser afeito ao trabalho de desbravamento da mata, não era considerado colono. Portanto, sua função se restringiu à fase inicial da ocupação. Curioso é o fato de que quando do desenvolvimento da ação colonizatória, o discurso criado em torno do grande potencial de trabalho do paraguaio exclui sua participação neste empreendimento. Ou seja, se antes ele era considerado “trabalhador, humilde e valioso”, quando a colonização entra em ritmo mais acentuado, o trabalhador paraguaio passou a ser primitivo e de baixo poder aquisitivo, tornando-se dispensável aos dirigentes da Maripá. Esta mesma perspectiva pode ser focalizada quando das descrições feitas sobre o caboclo.

Luso-brasileiro era todo aquele que não pertencia diretamente às correntes de origem italiana, alemã e outras (...). Geralmente era brasileiro nato e o português nato ou naturalizado. Era o chamado “caboclo brasileiro” ou “pêlo-duro”, só admitido como fonte de trabalho braçal. “Por não dispor de qualquer condição para adquirir terras, o caboclo luso-brasileiro excluiu-se a si próprio do plano da MARIPÁ, a não ser que permanecesse como força de trabalho braçal”¹³ [grifo no original].

Desta citação depreende-se a justificativa pela qual o caboclo “excluía-se a si próprio” da colonização: sua falta de dinheiro. No entanto, o antropólogo Kalervo Oberg e o estatístico Thomas Jabine relatam alguns fatores que intermediaram a escolha de determinado tipo de colono por parte da Maripá, pontuando as diferenças econômicas e culturais entre caboclos e colonos migrantes do sul do Brasil. Segundo eles,

12 SILVA, O. et al. *Toledo e sua História*. Toledo: Prefeitura Municipal, 1988. p. 92.

13 OBERG, K.; JABINE, T. *Toledo: um município na fronteira oeste do Paraná*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1960. p. 92-93.

...o caboclo, com sua técnica de agricultura primitiva e falta de dinheiro para comprar terras, estava fora do programa, exceto como fonte de trabalho braçal. A escolha estava entre imigrantes europeus ou descendentes de imigrantes europeus recentes nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Apesar dos imigrantes europeus possuírem conhecimentos de agricultura moderna e recursos financeiros, conclui-se que as condições sub-tropicais de uma região nova e pouco desenvolvida seriam um obstáculo enorme ao seu progresso. Os descendentes de imigrantes italianos e alemães, que se instalaram no Rio Grande do Sul e Santa Catarina foram considerados como um população provada e testada para a experiência de uma vida pioneira na nova área. Durante cem anos, êsses descendentes de imigrantes italianos e alemães, nos dois estados sulistas, foram se aclimatando às condições do Brasil: além disso, eram pequenos proprietários rurais, fazendeiros do tipo familiar e conservaram as tradições de trabalho árduo, frugalidade e agricultura como meio de vida.¹⁴

A partir deste trecho, pode-se perceber, novamente, a promoção de uma série de características visualizadas na figura dos colonos migrantes do sul do Brasil. Dentre elas, a experiência de uma vida pioneira, sua estrutura fundiária e suas tradições culturais destacam-se. Quanto ao trabalhador paraguaio e ao caboclo, estes eram considerados primitivos devido à utilização de técnicas de agricultura arcaicas. Além disso, eram qualificados como inviáveis financeiramente, uma vez que não dispunham de capital suficiente para adquirir lotes de terra. Observa-se, portanto, uma clara divisão de valores, principalmente formulados pelos dirigentes da Maripá, que imprimiram distinções entre os vários momentos da prática colonizatória: se inicialmente o trabalhador paraguaio e o caboclo foram indispensáveis para a viabilização da colonização, o contrário se deu quando esta passou a uma fase de maior desenvolvimento. Nesse momento, o personagem da vez é o colono “euro-brasileiro” que vai ser caracterizado, inclusive, com o espírito desbravador e com a experiência de trabalho “duro” antes atribuídos aos paraguaios e aos caboclos. Tais aspectos vão ser (re)utilizados, posterior-

14 ORBEG; JABINE, op. cit., p. 28.

mente, principalmente a partir do momento em que se buscará qualificar os atos dos pioneiros.

Um dos elementos importantes para a solidificação de uma referência fundadora aos agentes que colonizaram as terras da Maripá, portanto, era a questão da origem. “Ter origem implicava em ter a paternidade caracterizada, em portar valores culturais, em ter bons costumes, em saber idiomas coloniais.”¹⁵

Interessante observar neste momento, uma questão de extrema importância para perceber a estruturação discursiva da Maripá. Trata-se, pois, dos estigmas presentes no modo-de-ser dos colonos migrantes. Conscientes desses “preconceitos”, os dirigentes compuseram discursos que servissem como justificativas a determinadas práticas, tais como o processo de seleção das pessoas que iriam povoar suas terras. Nas palavras de Ondy Niederauer, contador desta empresa:

Esta preferência indicava como ideal, o agricultor do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, cujos métodos de trabalho e dedicação eram por demais conhecidos pelos acionistas da empresa. Em uma área tão grande poderiam ocorrer desavenças entre os moradores, fatos desagradáveis e muito difíceis de serem controlados por uma empresa comercial particular. Por isso, pelo menos no início, e na medida do possível, o elemento humano, além de outras características, teria que ser pacífico e tranqüilo.¹⁶

Esta preocupação pode ser facilmente verificada através do estudo dos mecanismos de divulgação das colônias, em processo de colonização, no que se refere à atração do colono migrante. Esta foi outra estratégia de atuação da companhia, posto que tais procedimentos de propaganda deveriam, sobretudo, evitar a introdução de “aventureiros despídos de honestidade”, que prejudicariam o ambiente “pacato e progressivo” das novas colônias. Então,

15 GREGORY, op. cit., p. 210.

16 NIEDERAUER, O. H. *Toledo no Paraná: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso*. Toledo: Grafo-Set, 1992. p. 131.

...uma vez decidida a fonte fornecedora de futuros colonos, ainda era necessário determinar um método de seleção que pudesse trazer para a nova colonização homens de bom caráter e de capacidade testada. Uma publicidade em larga escala, como o provou a experiência, teria atraído muitos aventureiros e parasitas, com seus métodos de enriquecimento rápido de exploração de recursos. Seria melhor retardar, ou mesmo proibir, a entrada desses elementos.¹⁷

Verifica-se, nesta passagem, um discurso carregado de conotações depreciativas àqueles que seriam os indesejados para a colonização. Por outro lado, a valorização do migrante de descendência alemã e italiana encontra espaço privilegiado no discurso da empresa. Isto se explica pelo fato de que os dirigentes esperavam que os primeiros colonos atraíssem outros compradores de suas localidades de origem, confiando na importância que estes davam ao aspecto da homogeneidade de seu grupo, considerado pela própria companhia como o pivô do sucesso colonizador. Portanto, quando do momento de atraí-los para a nova colônia, uma nova seleção, só que desta vez entre os próprios colonos, era realizada.

O grande sucesso iniciado neste ano é atribuído ao fato de terem sido os primeiros compradores de terras, pessoas escolhidas entre as de maior projeção em seu núcleo no sul do País. Junte-se ainda o fato de serem as terras desta região efetivamente boas e de grande rendimento. A propaganda foi feita unicamente por intermédio dos agentes comissionados e, posteriormente por todo aquele que aqui adquiria terras. O agricultor de modo geral, crê mais no que diz e lhe conta o vizinho, do que numa propaganda feita por jornais e rádio. Os que aqui adquiriam terras, ao regressar aos seus lugares de origem, sempre confirmavam a propaganda em torno de Toledo, pois, viam aqui, a realização de tudo o que lhes era predito e prometido pelos agentes da Companhia. A Maripá realmente, fazia o que prometia. Aqui estavam escolas e igrejas, havia médico e hospital, estendiam-se estradas pelo mato a dentro. A propaganda feita de boca em boca entre os agricultores, não levou a Toledo aventureiros despidos de

17 OBERG; JABINE, op. cit., p. 28.

honestidade nem capitalistas desejosos de empregar capitais em terras aguardando, assim, plácidamente, que os agricultores vizinhos, com o seu suor, lhes valorizassem as mesmas.¹⁸

Fica evidente que os dirigentes estavam cientes que atrair elementos de maior projeção social nas comunidades de origem, significava, para os demais colonos, um exemplo a ser seguido, um reconhecimento de que o novo ambiente colonial oferecia condições similares de reconstrução de sua vida familiar. Tal procedimento revela uma lógica econômica e cultural centrada nas relações sociais, nas quais uma certa hierarquização das comunidades, através da escolha de pessoas influentes em seu meio, desempenharia um papel importante para a atração de novos migrantes.

Colonização e pioneirismo: um discurso confluyente

A luta desses primeiros homens contra a mata virgem; o combate do machado contra o pinheiro secular; o sofrimento do homem isolado na mata, sob as picadas dos mosquitos, a ardência do carrapato a entranhar-se sob a pele; a falta de alimentação que as vezes não chegava no devido tempo, por não o permitirem as condições de estradas ou as chuvas prolongadas. Isso tudo, chamamos hoje de, pioneirismo. Pioneirismo êsse, que é o alicerce do progresso e do enriquecimento de todo o Município de Toledo.¹⁹

A palavra “pioneiro”, nesse contexto, assume grande relevância descritiva, uma vez que visa identificar o espaço e seus primeiros habitantes. O conteúdo atribuído à atividade pioneira, por exemplo, reúne uma série de enunciados que irão dar o tom do discurso elaborado em torno do colono migrante. De forma geral, a mitificação do pioneirismo expressava conteú-

18 MARIPÁ, op. cit., p. 10.

19 O MUNICÍPIO de Toledo. *Revista Municipalista*, p. 8, 1957.

dos bem específicos que asseguravam à colonização um tipo social qualificado como o mais adequado ao oeste do Paraná. Para atestar sua eficácia, basta notar que este discurso cristalizou-se através dos tempos, a partir de uma denominação fundadora: os migrantes de outrora se transformaram em pioneiros. Cabe destacar, neste ponto, que a construção de valores (identificada na figura do colono migrante como pioneiro) não só encontra espaço privilegiado no discurso da Maripá, como também em órgãos de imprensa que procuravam caracterizar tal empreendimento, como na passagem acima.

A representação discursiva construída em torno do pioneiro portou, então, um conjunto de significados, aparecendo, inclusive, revestido do espírito bandeirante, que lhe atribuiu a idéia de desbravador (esta noção, cabe enfatizar, aparece recriada de um discurso mais amplo, de caráter federal, visível principalmente a partir do programa conhecido como a “Marcha para o oeste”,²⁰ empreendida através da política nacionalista de interiorização do Brasil, de Getúlio Vargas). Observa-se, na caracterização do território colonizado pela Maripá, não só a recriação do espaço, mas também, a identificação dos agentes que nele atuam e que passam a ser revestidos de um passado glorioso, uma vez que esta enunciação carrega noções que lhes asseguram o papel de predestinados a “desbravar sertões inóspitos”. Além do mais, o pioneiro foi “vestido” de características que o tornaram elemento central no contexto da colonização. A partir de seu trabalho e de sua ação empreendedora, agia com o objetivo de engrandecer a cidade, integrando-a a economia nacional. Cumpriu, em vista disso, um papel importante: auxiliou decisivamente para o desenvolvimento do território. Desse modo, graças à ação do migrante identificado como “euro-brasileiro”, pioneiro e laborioso homem a serviço do progresso e da nação, o espaço, que antes era “só mato”, agora assume importância política e econômica para o Estado. Através deste ideário, compreende-se as regras da formação de um discurso histórico no qual, através da inscrição dos colonos num sistema já dado, tem-se a circunscrição de um espaço de poder.

20 A referência a uma área de fronteira e às preocupações quanto às formas de dinamizá-la, foram questões pontuais incorporadas a partir do movimento conhecido como a “Marcha para o oeste”. Ver mais sobre o assunto em: RICARDO, C. *Marcha para o oeste*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1942. 2 v.; LENHARO, A. *Sacralização da política*. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1989.

Nessa perspectiva, o discurso regionalista, posto em prática no programa de colonização da Maripá, veiculou um poderoso efeito de identificação. De um lado, colonos de descendência alemã e italiana, com cultura e tradições distintas aliadas ao espírito de progresso. De outro, o Estado com seu projeto de desenvolvimento e modernização. Como resultado, aparece a “extraordinária capacidade realizadora dos migrantes”, pioneiros, considerados verdadeiros agentes propulsores do progresso moral e material do Estado paranaense e do Brasil. Tal conotação pode ser exemplificada através de uma passagem do discurso proferido pelo então prefeito de Toledo Egon Pudell,²¹ em 1957, em razão da primeira exposição agro-pecuária e industrial desse município.

Povo do Município de Toledo! Sinto-me feliz em afirmar que não sois apenas uma comuna apontada como uma das mais prósperas da região oeste do nosso Estado. Sois por vosso arrojo, por vosso dinamismo, espírito incansável e criador, uma grandiosa afirmação de um Brasil novo que se agiganta para o futuro.²²

Passagens como esta dão mostras da edificação de características que irão permear a construção da identidade do homem do oeste do Paraná: arrojo, dinamismo e espírito incansável e criador são as marcas que procuram definir as contribuições deste cidadão para a grandeza do país. Tal conotação pode ser destacada a partir de outra passagem. Quem fala agora é a rainha desta mesma exposição:

Localizado, Rondon, em zona distante do centro civilizado, em fase ainda semi-colonial, apresentando-se como região pobre de meios de transporte, onde os problemas surgem a cada passo e se multiplicam, reclamando por isso soluções

21 Este personagem, antes de assumir o cargo de prefeito de Toledo, exercia atividades de gerenciamento de uma das principais casas comerciais da Maripá. Tratava-se do *Empório Toledo*, pequeno estabelecimento comercial que realizava atividades de venda de produtos de primeira necessidade, essenciais para o desenvolvimento da colonização em sua fase inicial. Além disso, esta empresa adquiria os excedentes produzidos pelos colonos.

22 DISCURSO pronunciado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Toledo. *Revista municipalista*, 1958.

urgentes e criteriosas nas quais são chamados todos os que aqui habitam, por tudo isso, por toda essa precariedade e ausência de fatores relativos ao amparo de que faz jús, – Rondon, marca por si próprio, pelo seu povo heróico, por êsse grupamento harmonioso de habitantes livres, educados e conscientes, o direito inquestionável do respeito e da homenagem que lhes está a dever e tributar, o governo e quiçá a própria Nação. Sim, Rondon, caminha pelo seu povo, que, como parcela desse querido Paraná, leva a humanidade para a frente, e, quem leva a humanidade para frente são aqueles que de sua vida lhe fazem um degráu. O belo espetáculo que nós estamos assistindo, nesta data, é uma demonstração daquelas, sôbre a qual me referi, – isto é, de que esse povo, os seus dirigentes, possuem, na verdade, o degrau da civilização e do progresso.²³

Nota-se que o discurso, com fortes traços apologéticos, estabelece uma leitura fundadora ao território e aos agentes que o constituíram. Destacam-se, sobretudo, a aclamação dos valores de civilidade e de progresso característicos “deste povo heróico (...) grupamento de habitantes livres, educados e conscientes [que aspira à sua institucionalização política:] direito inquestionável do respeito e da homenagem que lhes está a dever e tributar, o governo e quiçá a própria Nação.”

Observa-se, por tudo isso, os procedimentos discursivos da formação ou do forjamento de uma identidade regional calcada, principalmente, nos atributos encontrados na figura dos colonos migrantes do sul do Brasil. Estes, de certa forma, representavam o ideário nacionalista e progressista característico da colonização recente, pois “gente laboriosa e com amor à sua terra” são requisitos fundamentais para transformar “uma área de fronteira, um canto do Brasil,”²⁴ num ambiente seguro e em fase de desenvolvimento político-econômico.

Portanto, a partir da construção de uma dada significação ao território e aos agentes que o ocupam, a Maripá instaura sentidos fundadores de uma identidade, ou melhor, de certas imagens ao seu programa. A lógica deste procedimento consistia em configurar, não só os colonos como principais

23 DISCURSO pronunciado por sua majestade a Rainha da 1ª Exposição, Srta. Zita Decks. *Revista Municipalista*, p. 10-11, 1958.

24 MARIPÁ. Plano de Ação, op. cit., p. 4.

atores desse espaço, mas e principalmente, legitimar o seu papel e a sua atuação no contexto de tal iniciativa empresarial. Nesse sentido, a referência ao seu projeto de colonização, segundo as noções de civilidade e de progresso para com o todo – Paraná e Brasil –, foram recursos narrativos utilizados por seus dirigentes com o objetivo de inserirem-se no contexto ideológico do movimento migratório desse período. Neste ponto, é necessário reafirmar algo que já está implícito neste texto, ou seja, que foram os dirigentes da Maripá que estabeleceram, a partir da ação discursiva, a ligação do local (Toledo e General Rondon) com o regional e estadual. Como exemplo deste procedimento, é interessante apresentar uma passagem inscrita no discurso proferido por Willy Barth (principal dirigente da Maripá e, posteriormente, prefeito de Toledo), em razão da visita do governador Bento Munhoz da Rocha Neto à comunidade de Toledo. Destaca-se, sobretudo, o teor das manifestações patrióticas presentes no município:

É senhor governador, com o coração cheio de ardor cívico e patriótico, que Toledo recebe de braços abertos tão nobre visita, sincera e bem intencionada. Vive este lugar, um de seus melhores dias, um dos dias mais felizes de sua existência, numa emoção que é representada no semblante alegre dos que o recebem, dos que aqui habitam, dos que, – lutando pelo pão de cada dia –, lutam também pelo engrandecimento do Paraná. É para nós, enobrecedora a honra que nós traz a presença de um Governador, que com a ilustração, talento e conhecimento de causa, dirige os destinos do Estado do Paraná. É Toledo, nobre Governador, é, como já teve oportunidade de observar, uma vila que surgiu, e se pode dizer, que de um dia para o outro, caracterizando e demonstrando a vivacidade do trabalho do dinamismo, do esforço e da abnegação. É a característica dos brasileiros, traduzida na vontade real de progredir, que tem seus olhos voltados para a grandeza da Patria comum.²⁵

Willy Barth exalta o espírito cívico dos agentes envolvidos no programa de colonização. O progresso, novamente, aparece como marco de tal

25 BARTH, W. *Carta para o Governador*. Museu Willy Barth, Toledo, 1951.

patriotismo, caracterizado pelo trabalho e pelo dinamismo de seu povo.²⁶ Verifica-se, além disso, que seu discurso articula questões locais e regionais ao contexto nacional, pois o desenvolvimento da comunidade toledana, a partir do trabalho “dos que aqui habitam, [é definido por Barth como] característica dos brasileiros, traduzida na vontade real de progredir, que tem seus olhos voltados para a grandeza da Patria comum.”

O processo de fundamentação de uma identidade às comunidades que colonizaram as terras da companhia Maripá, portanto, esteve centrado, em grande medida, em direção às metas do grupo (sejam econômicas ou culturais), cuja organização de códigos e valores passaram a representar um tipo especial de colono que neste espaço se fixou e progrediu. Evidencia esta que pode ser destacada a partir da observação dos rótulos atribuídos a este contingente como, por exemplo, o de “melhor colono que o Paraná necessita”, de “povo afeito ao trabalho”, de uma “raça nova de brasileiros”, entre tantas outras conotações que não só lhes conferiam singularidades como, e mais importante, corroboraram para a estruturação de uma determinada identidade.

A sustentação do discurso pela representação autorizada

O ato de instituir uma determinada referência ao processo de constituição política, econômica e cultural das áreas colonizadas pela Maripá, foi um procedimento que, naquele momento, dependeu da percepção dos agentes sociais que configuravam aquele espaço. Em outras palavras, a eficácia política da linguagem utilizada pelos dirigentes desta empresa deveu-se ao fato de que esta esteve, em grande medida, fundamentada no grupo

26 Segundo Bourdieu, “a classe (ou o povo, ou a nação, ou qualquer outra realidade social de outro modo inapreensível) existe se existirem pessoas que possam dizer que elas são a classe, pelo simples fato de falarem publicamente, oficialmente, no lugar dela, e de serem reconhecidas como legitimadas para fazê-lo por pessoas que, desse modo, se reconhecem como membro da classe, do povo, da nação ou de qualquer outra realidade social que uma construção do mundo realista possa inventar ou impor.” BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo: [s. n.], 1990. p. 168.

selecionado para a colonização, sendo reconhecida por eles.²⁷ Desse modo, a forma de estruturação do empreendimento administrativo, a partir da difusão de certos discursos vinculados à figura dos migrantes, caracterizados por “euro-brasileiros”, revela que os dirigentes da Maripá tinham consciência da importância de reconstruírem, no novo ambiente, as instituições que garantiriam a preservação do modo de ser desses agentes e, conseqüentemente, seu papel predominante no campo da colonização. Nesse caso, a intenção dos colonizadores em formarem núcleos homogêneos, no que se refere à etnia e religião, passava pela enunciação dos valores condensados no seio do próprio grupo. As caracterizações atribuídas a este “elemento humano”, pacífico e tranquilo, voltado quase que exclusivamente ao trabalho e ao amor à terra, foram artifícios largamente proferidos pelos dirigentes, tendo em vista os objetivos visualizados em sua figura.

Assim, para compreender o teor dos discursos sistematizados por tais dirigentes, torna-se importante investigar aspectos estruturais desse grupo de colonos migrantes. Tal procedimento se deve ao objetivo de perceber como questões de ordem étnica, religiosa e familiar, por exemplo – tão divulgadas no contexto da colonização – constituíram-se em elementos caracterizadores de determinada comunidade e espaço.

Os migrantes que se estabeleceram nas terras da Maripá conservavam uma tradição cultural marcada não só pela identidade étnica, como também lingüística e religiosa. Tais características, enquanto sistemas de símbolos e valores em comum, atuavam como representações de conduta, o que se evidencia a partir da reprodução das instituições e do estilo de vida destes agentes neste novo espaço colonial. É certo, no entanto, que estas representações estiveram intimamente relacionadas a um determinado contexto que as produziu e preservou. Oriundos de núcleos coloniais do Rio

27 Para Pierre Bourdieu, “o efeito de conhecimento exercido pelo fato da objetivação no discurso não depende apenas do reconhecimento concedido àquele que o detém; depende também do grau com que o discurso anunciador da identidade do grupo está fundado na objetividade do grupo ao qual está endereçado, ou seja, tanto no reconhecimento e na crença que lhe atribuem os membros desse grupo como nas propriedades econômicas ou culturais por eles partilhadas, sendo que a relação entre essas mesmas propriedades somente pode ser evidenciada em função de um princípio determinado de pertinência. O poder sobre o grupo a que se pretende dar existência enquanto grupo é, ao mesmo tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns, e, portanto, uma visão única de sua identidade e uma visão idêntica de sua unidade.” BOURDIEU, op. cit., p. 111.

Grande do Sul e de Santa Catarina, os colonos migrantes preservavam fortes vínculos comunitários, centrados, principalmente, no espírito associativista e na tradição religiosa, o que aqui se pode entender como identidade colonial. Ademais, estavam habituados ao modo de vida agrícola, tendo por base a unidade familiar. Estes aspectos ou *habitus* do grupo (valores, normas, princípios) explicam a estrutura social internalizada por tais agentes através das instituições de socialização destes (igreja, família, escola). Assim, destaca-se a importância de se perceber, na caracterização discursiva da Maripá, os mecanismos de reprodução de um ambiente que pudesse ser reconhecido pelos migrantes.

O apego aos elementos étnico-culturais, portanto, tão bem conhecidos pelos dirigentes da Maripá, foi um dos fatores que impulsionaram os migrantes em direção a um interesse comum: permanecerem proprietários, contribuindo, assim, para a superação dos limites impostos pelo desafio de migrarem. Destaca-se, desse modo, a (re)construção do espaço colonial como uma estratégia administrativa de grande repercussão política, econômica e social, posto que, não só permitiu a preservação do espírito colonial entre colonos migrantes, como, e principalmente, possibilitou a difusão e circulação de determinadas imagens sobre o processo de colonização. Cabe acrescentar, ainda, que a partir desse trabalho administrativo, as referências simbólicas a ele circunscritas adquiriram certa consistência, constituindo-se em meios caracterizadores e, mais importante, legaram efeitos de conhecimento sobre a organização primeira desse espaço e de seus agentes.

Assim, a caracterização do novo ambiente colonial pelos dirigentes da Maripá respondia, e muito, aos anseios deste grupo. A divulgação de terras férteis, livres de formigas e de pedras, com títulos seguros, entre outras referências, não serviram apenas para a caracterização do espaço regional do oeste do Paraná. Significava responder positivamente às questões que os migrantes se faziam na sua terra natal. Importava para eles resolver seu problema mais imediato: a questão da terra, ou melhor, a falta dela. Ou seja, o ato de migrarem para um novo ambiente e de ali reconstruírem seu modo de vida respaldava aos problemas enfrentados pelos colonos no seu dia-a-dia: a terra perdendo fertilidade; a estagnação da colônia; a falta de perspectiva futura; entre outros aspectos negativos, os forçavam a buscar novos ambientes nos quais pudessem manter sua condição social. Outro aspecto de significativa importância para o entendimento da busca de novas terras, pelos colonos migrantes do Rio Grande do Sul e de Santa

Catarina, corresponde ao hábito da compra de, no mínimo, um lote de terra para cada um dos filhos. Caso não tivessem filhos, o dinheiro era também aplicado na aquisição de novas áreas. Tal hábito encontra suporte na possibilidade destes em manterem-se sob a vocação agrícola numa terra de sua propriedade, o que, de acordo com a Maripá, era possível realizar a partir de seu empreendimento colonizador.

Portanto, a possibilidade de reconstituírem seu modo de vida num novo ambiente encontrou, na área colonizada pela Maripá, a oportuna realização. Outrossim, a promessa de um espaço territorial caracterizado pelo solo fértil e pela presença de instituições reconhecidas pelos migrantes pode ser identificada nos panfletos de propaganda divulgados pela empresa. Pela forma com que os dirigentes procuraram informar a venda de lotes de terra (ressaltando, principalmente, as virtudes e qualidades do novo ambiente), tais panfletos constituíram-se numa importante “vitrine” da região e, mais importante, caracterizavam-se como um importante veículo de instituição narrativa do espaço regional do oeste paranaense.

O maior desejo de todo agricultor é: que seu filho deve ter uma vida melhor. Por isso devem procurar comprar terra de cultura, livre de morros, pedras, formigas e rica em água, clima saudável, terra fértil e de fácil escoamento dos produtos. Todos estes desejos o Senhor encontra reunidos em Toledo, na Fazenda Britânia no Estado do Paraná. O título da Fazenda Britânia tem mais de 45 anos oferecendo portanto todas as garantias de uma terra legal e que proporciona ao comprador escritura imediata. Toledo com apenas 3 anos de existência é paróquia, tem colégio de freiras com 17 alunos, médicos, hospital, farmácia, indústria, profissionais, bom comércio e cinema. Há na Fazenda Britânia 285 quilômetros de estradas de rodagem, conservadas por patrôas e tratores, oferecendo ao comprador o máximo acesso à sua colônia. O mato é formado por todas as espécies de madeira de lei que prova a fertilidade do solo.²⁸

Destaca-se, nesta passagem, não só a divulgação de um espaço afeito ao tipo de produção agrícola característico do colono migrante do sul

28 MARIPÁ. Panfleto de propaganda das terras da Maripá. In: SILVA, op. cit.

do Brasil. Importava, principalmente, divulgar a titulação segura de suas terras; as estruturas físicas do novo ambiente; e os preços das propriedades, como importantes elementos caracterizadores, não só do empreendimento colonizador, mas, e principalmente, do espaço social como um todo. Logo, considerando os apontamentos acima delineados, observa-se que a caracterização étnica do espaço regional oeste do Paraná resultou da simbiose que envolvia tanto os interesses dos colonos migrantes quanto dos colonizadores da Maripá. Neste ponto, cabem as indagações: quais os fatores que possibilitaram aos dirigentes exercerem uma autoridade que passou a ser reconhecida pelo grupo migrante? Até que ponto a caracterização deste espaço correspondia aos valores sintetizados no modo de ser colonial dos migrantes?

Uma das respostas possíveis parece estar no fato de que os discursos produzidos pelos dirigentes da Maripá encontraram ressonância no seio do grupo selecionado para a tarefa de colonizar as suas terras no oeste do Paraná. Ponto culminante deste respaldo pode ser visualizado no poder de representação pública referendado, por parte do grupo, a alguns dirigentes desta empresa. Neste aspecto, percebe-se que a confluência de vários elementos foi responsável pela garantia de uma certa legitimidade às práticas e aos discursos proferidos por tais colonizadoras. Entre eles, destacam-se: a escolha de determinado contingente populacional; a adoção e a aplicação de estratégias administrativas de caráter paternalista; e o teor político atrelado aos discursos (políticos, econômicos e culturais) proferidos sobre aspectos que envolveram o programa de colonização.

No que se refere ao primeiro aspecto, acredita-se ser esta uma estratégia de fundamental importância para se compreender uma certa apatia política identificada entre os colonos selecionados pela Maripá. Percebe-se, nesta questão, que os dirigentes evitaram “recrutar” elementos irrequietos, que poderiam pôr em risco seu empreendimento. Isto se deve ao fato de que a sua fração territorial não apenas se localizava numa área considerada insegura – território de fronteira – como também apresentava, ao longo de suas imediações, sérios conflitos fundiários, que originaram uma espécie de guerra civil entre posseiros e jagunços – a conhecida Revolta dos Posseiros de 1957, mais intensa no sudoeste do Paraná.

Acredita-se, portanto, que os dirigentes da referida empresa utilizaram-se de uma estratégia que poderia ser identificada como a do

desenraizamento.²⁹ Ou seja, ao selecionarem agentes de núcleos coloniais fortemente sedimentados pelos vínculos culturais, para, a seguir, transplantá-los de seus locais de origem para um novo ambiente (distante de sua terra natal; isolado dos centros comerciais e, acima de tudo, coberto por densa mata), perderam parte de suas raízes comunitárias. Acredita-se que este aspecto corroborou para os tornarem mais frágeis enquanto grupo organizado, fazendo com que se dirigissem, quase que única e exclusivamente, às instituições que lhes proporcionariam a sociabilidade. Neste caso, a igreja e a escola – estrategicamente estruturadas pela Maripá no novo ambiente – respondiam aos anseios mais imediatos dos colonos migrantes, minimizando as dificuldades causadas por tal processo. Portanto, a passividade e o relativo silêncio identificados entre os colonos – no que se refere à sua força e à sua voz políticas – podem ser interpretados a partir desta estratégia de desenraizamento, fomentada pelos dirigentes da referida empresa colonizadora. Este aspecto, portanto, somado aos demais acima apontados, se apresenta como fator principal e que pode responder pela legitimidade das palavras pronunciadas pelos administradores de tal programa. Ademais, soma-se a esta questão, a capacidade dos dirigentes da Maripá em fundamentarem seus discursos não somente nos interesses e objetivos da colonizadora, mas, e principalmente, nos anseios e objetivos dos colonos migrantes.

Tal evidência constata-se a partir do estudo dos mecanismos administrativos postos em prática pela colonizadora, o que mostra que a preocupação com o aspecto social da colonização mobilizou grandes atenções por parte dos dirigentes no que se refere, substancialmente, aos fatores que, nas antigas colônias, exigiam rápidas resoluções. Dessa maneira, a construção de valores sobre o contingente populacional levou os dirigentes a buscarem nas antigas colônias referências que os classificassem como afeitos à tarefa de migrarem. Importante observar, neste ponto, as correlações culturais entre os agentes colonizadores e os colonos migrantes. Para exemplificar este aspecto, podem ser citados os dirigentes Alfredo P. Ruaro e Willy Barth. O primeiro, era descendente de italianos estabelecidos no Rio Grande do Sul. O segundo, o dirigente de maior influência da Maripá, também pro-

29 Sobre a questão do desenraizamento ver o artigo de GONÇALVES FILHO, J. M. Olhar e Memória. In: NOVAES, A. (Org.). *O olhar*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. p. 95-124.

vindo das colônias do sul, era de origem teuta. Ou seja, ambos estavam inseridos no contexto sociocultural dos colonos alemães e italianos selecionados para o povoamento. Vale mencionar, também, que possuíam experiência no ramo de comércio e colonização, e seus conhecimentos e contatos com padres, políticos, colonos e comerciantes, deram-lhes credibilidade e bom trânsito nestas colônias.

Róbi Jair Schmidt, em seu trabalho sobre a constituição do mito político Willy Barth no oeste paranaense, ressaltava uma série de circunstâncias nas quais a atuação deste personagem legou-lhe o reconhecimento da comunidade para com seus feitos. Fato este que pode ser observado tanto na administração da Maripá quanto, posteriormente, no comando do município de Toledo. A partir da formulação de discursos que se mostravam coerentes com os anseios dos colonos migrantes, Barth adquiria credibilidade política para atuar nestes setores. Tal aspecto pode ser exemplificado a partir da conotação religiosa implícita em seu discurso. Nas palavras de Schmidt:

...inserido neste espaço e tendo clareza sobre os traços religiosos de sua comunidade – composta principalmente por protestantes e católicos, para os quais a figura “divina” possuía um significado especial – Barth apresentava-se enquanto um membro religioso, o que buscava sua adesão junto ao grupo que o reconhecia como um dos seus por acreditar no que eles acreditavam. Esta característica “exemplar” relacionava-se à postura assumida por Barth diante das correntes religiosas distintas encontradas no Oeste do Paraná, pois, em seus discursos, este personagem adota uma perspectiva de conciliação através do enfoque de elementos comuns a todas as religiões cristãs.³⁰

Esta postura assumida por Willy Barth revela que seus discursos encontraram ressonância no grupo ao qual se destinava. Mais importante: fez com que os mesmos – sejam eles voltados ao aspecto religioso ou ao trabalho – se tornassem uma importante estratégia administrativa, cujo efeito se dava através da garantia do bom andamento do programa de

30 SCHMIDT, R. J. *Cenas da constituição de um mito político*. Curitiba. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná.

colonização. Ocorre que, por pertencerem ao mesmo núcleo dos colonos migrantes, os dirigentes tinham consciência dos anseios e dificuldades enfrentadas por estes em suas localidades no sul. Logo, compunham discursos sobre o povoamento do oeste do Paraná que, além de refletirem sobre estes aspectos, uma vez que ofereciam sua solução, passaram a ser reconhecidos pelos colonos migrantes; ou seja, a promessa de um ambiente onde os colonos pudessem reproduzir seu modo de vida segundo suas aspirações mais imediatas (principalmente a da propriedade da terra), foi uma estratégia eficiente de divulgação das terras utilizada pela Maripá. Nesse sentido, ao informarem os colonos da fertilidade do solo, exaltando o clima e o relevo da área, bem como as condições de pagamento dos lotes coloniais (que poderiam ser parcelados), conseguiram grande respaldo entre eles para desenvolverem seu empreendimento.

O predomínio de códigos culturais comuns entre os agentes colonizadores e colonos migrantes repercutiu, portanto, na própria viabilidade do programa. O conhecimento das características e estilos de vida próprios dos colonos migrantes fez com que os dirigentes pudessem agir de modo ordenado e reconhecido junto a estes. Assim, o trabalho de colonização no oeste paranaense tornou-se, de certo modo, uma tarefa relativamente "fácil" para os dirigentes da Maripá. Isso porque, além de manterem uma teia de relações em diversos locais das antigas colônias (resultado de sua experiência comercial), o conhecimento prévio do contingente populacional deu-lhes uma maior facilidade em recrutar e selecionar determinados colonos, permitindo, sobretudo, que atuassem administrativamente no comando desse empreendimento colonizador.

Importante referir-se, neste momento novamente, ao estudo do antropólogo Kalervo Oberg e do estatístico Thomas Jabine, elaborado no ano de 1956, portanto no auge da colonização. Trata-se, pois, de um dos primeiros estudos de caráter científico sobre a área colonizada pela Maripá. Destaca-se uma passagem em que os autores procuram, através de questões feitas à população, identificar o interesse e a consciência da comunidade para com os problemas sociais e suas prováveis soluções. Segundo eles,

...a conclusão a que se chega, pelas respostas dadas, com respeito aos problemas da comunidade e sua resolução, é de que o povo

está interessado nêles, mas acha que as autoridades constituídas e os líderes reconhecidos são os responsáveis pela iniciativa das ações. Uma vez dado o impulso inicial, acham que devem participar dos trabalhos, se necessário. Interação, sempre, dentro do princípio de seguir um líder, isto mostra como é importante, para os programas de desenvolvimento de comunidade, trabalhar através de autoridades constituídas e de dirigentes comunitários reconhecidos. Ignorar essas autoridades, resultaria numa ruptura da organização social.³¹

Observa-se, pelas pesquisas de Oberg e Jabine, que os colonos migrantes agiam segundo a necessidade de uma liderança, no caso, representado pelos dirigentes da Maripá. Contudo, cabe enfatizar que este estudo foi “encomendado” por tais dirigentes, sendo, por isso, passível de exageros. Seguindo os passos dos autores, pode ser constatado que “entre as classes dirigentes do Município, o conhecimento dos problemas comunitários, a consciência de comunidade e os contatos com o mundo exterior são bem desenvolvidos. Os indivíduos desse grupo são líderes justamente devido a essa consciência, interesse e iniciativa.”³² Então,

...a vida política e administrativa em Toledo sempre correu na mais harmoniosa compreensão, quando se tratava de defender as causas de interesse comum. Em Toledo, o povo também em todas as eleições municipais, soube escolher o que era digno de dirigir os destinos do município. Os Prefeitos: 1° Dr. Ernesto Dall'Oglio 1952-1956; 2° Egon Pudell de 1956-1960 e o 3° e atual Willy Barth, o mesmo que também á 12 anos está dirigindo as colonizações da Maripá. Ninguém melhor do que ele pode saber das necessidades do povo de Toledo, ele, que, com os gaúchos e barriga-verde, veio do Sul, que convive com eles na maior das intimidades, conhecedor dos problemas que afligem a todos, e o que já demonstrou as suas qualidades de administrador; foi por isto que os toledanos o elegeram, não só pela sua competência, também em sinal de gratidão pelo tudo que ele em nome da “Maripá” tem feito, e continua fazendo.³³

31 OBERG; JABINE, op. cit., p. 113.

32 Ibid., p. 119.

33 MARIPÁ. *Relatório das atividades*, op. cit., p. 22-23.

Percebe-se, a partir desta passagem exemplar, a delegação política àquele que anteriormente planejou a colonização. Autorizado pelo grupo para representá-lo, o dirigente passou a atuar de forma legítima, reafirmando, agora com autoridade reconhecida, os interesses de seu grupo no espaço de poder.³⁴ Eis, portanto, um programa que, desde o seu princípio, foi planejado e direcionado pela atuação de agentes interessados também na constituição de uma esfera de poder, na qual pudessem agir tanto no espaço público quanto no privado, assistindo e orientando os colonos a um fim pré-determinado pelo jogo capitalista.

Se, por um lado, a crença nas palavras proferidas pelos dirigentes da Maripá pode ser identificada no seio do grupo selecionado para a colonização, por outro, percebe-se que a construção discursiva em torno de tal empreendimento baseou-se na objetividade do grupo ao qual esteve endereçada. Nesse sentido, a difusão e a instituição de certos discursos que retratavam a etnia dos migrantes, seu senso de trabalho bem como sua crença religiosa, entre outros aspectos, permeavam a construção simbólica organizada em torno de um ambiente em “pleno desenvolvimento”.

Concluindo, a estruturação do espaço colonizado pela Maripá apoiou-se numa estratégia determinante: a homogeneidade étnica e religiosa dos membros dos grupos selecionados para a colonização, no caso, predominantemente colonos migrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, de origem alemã e italiana. Este aspecto, que pode ser considerado de fundamental importância para o sucesso da prática colonizadora, é que tornou possível uma coesão entre os agentes, bem como possibilitou o reconhecimento do programa de colonização pelo conjunto do grupo, seja devido ao conjunto de práticas e de discursos administrativos implementados pelos dirigentes da empresa, seja devido ao fator fundamentalmente étnico. Como resultado, observa-se a fundamentação de um consenso de comunidade, no qual o elemento contraditório ou, para dizer de outra forma, os

34 Segundo Bourdieu, “é porque o representante existe, porque *representa* (ação simbólica), que o grupo representado, simbolizado, existe e faz existir, em retorno, seu representante como representante de um grupo. Percebe-se nesta relação circular a raiz da ilusão que, no limite, permite ao porta-voz ser considerado e considerar-se *causa sui*, já que ele é a causa do que produz o seu poder, já que o grupo que o investe de poderes não existiria – ou, em todo caso, não existiria plenamente, enquanto grupo representado – se ele não estivesse ali para encarná-lo”. Cf. BOURDIEU, op. cit., p. 189.

discursos contra tal iniciativa empresarial, praticamente não apareceram. O que se destaca é o sentido comum de interesses entre colonos e colonizadores, sua constante busca pela institucionalização política, ou seja, pela afirmação enquanto comunidade fechada.

Referências

BALHANA, A. P. Política imigratória do Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 87, p. 39-40, jan./abr. 1996.

BARTH, W. *Carta para o Governador*. Museu Willy Barth, Toledo, 1951.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 107.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: [s. n.], 1990. p. 168.

DICIONÁRIO Histórico-Biográfico do Paraná. Colonização oficial do governo do Paraná. Curitiba: Chain, 1991. p. 32.

DISCURSO pronunciado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Toledo. *Revista municipalista*, 1958.

DISCURSO pronunciado por sua majestade a Rainha da 1.^a Exposição, Srta. Zita Decks. *Revista municipalista*, p. 10-11, 1958.

GONÇALVES FILHO, J. M. Olhar e memória. In: NOVAES, A. (Org.). *O olhar*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

GREGORY, V. *Os euro-brasileiros e o espaço colonial: a dinâmica da colonização no oeste do Paraná nas décadas de 1940 a 1970*. Niterói, 1997. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense.

LENHARO, A. *Sacralização da política*. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1989.

MARIPÁ. Panfleto de propaganda das terras da Maripá. In: SILVA, O. et. al. *Toledo e sua história*. Toledo: Prefeitura Municipal, 1988.

_____. Plano de Ação. *Relatório do plano de colonização*. Toledo, 1960.

MULLER, K. D. Colonização pioneira no sul do Brasil: o caso de Toledo, Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 48, p. 83-139, jan./mar. 1986.

NIEDERAUER, O. H. *Toledo no Paraná: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso*. Toledo: Grafo-Set, 1992.

OBERG, K. ; JABINE, T. *Toledo: um município na fronteira oeste do Paraná*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1960.

O MUNICÍPIO de Toledo. *Revista municipalista*, p. 8, 1957.

RICARDO, C. *Marcha para o oeste*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1942.

ROCHA NETO, B. M. da. *O Paraná, ensaios*. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995.

SCHMIDT, R. J. *Cenas da constituição de um mito político*. Curitiba. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná.

SEYFERTH, G. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Ed. da UnB, 1990.

SILVA, O. et. al. *Toledo e sua História*. Toledo: Prefeitura Municipal, 1988.